

Agora, o Planalto apóia o plebiscito

2 SET 1987

anc P-5

Enviado especial
e Agência Estado

O presidente José Sarney comentou ontem em Piquete que é favorável à realização de um plebiscito para saber se os brasileiros aprovam ou não a nova Constituição. A informação foi dada pelo governador Orestes Quêrcia, que explicou não ser verdadeira a notícia de que o presidente não concordava com a proposta de plebiscito para decidir sobre o futuro regime de governo. Segundo o governador, o presidente disse-lhe que, se fosse para fazer um plebiscito, se se consultasse então a população de uma forma mais global.

O presidente conversou rapidamente com os jornalistas, antes de embarcar de volta a Brasília, às 13 horas, aproximadamente. Indagado se seu discurso elogiando o general Leônidas Pires Gonçalves podia ser entendido como apoio ao ministro do Exército por suas críticas à Constituinte, respondeu: "Não, eu tenho apoiado, na medida do possível, todas as áreas administrativas e é evidente que uma das áreas mais importantes é a área que diz respeito à modernização das Forças Armadas no País. E essa fábrica (Imbel) é uma etapa desse setor de modernização".

Sobre os reajustes dos salários, abaixo da inflação, declarou: "Nós estamos imprimindo realmente uma política de estabilização da economia. Já vimos que não adianta correr atrás de salário, aumentar salários de acordo com a inflação. O que interessa é acabar com a inflação. Quan-

do assumi o governo, nós tínhamos a semestralidade, lutava-se pela trimestralidade e chegamos à mensalidade, mas perdemos, porque quanto mais a inflação sobe, mais ele (o trabalhador) perde, qualquer que seja a adaptação do salário. Nós temos que segurar a inflação. Este é o esforço que estamos fazendo. Nós não podemos voltar mais àquele nível de inflação a que nós estávamos acostumados. Todo o esforço nacional está sendo feito e é justamente nesse sentido. Nós vamos estabilizar a inflação nesta faixa. Aquelas perdas que os trabalhadores tiveram com a estabilização da inflação vão começar a recuperá-la. Este é que é o processo que nós estamos implementando. Acho que esta política é a política de ajudar o salário real a ter valor. Quando recebi os trabalhadores na Granja do Torto, fiquei impressionado com a objetividade com que eles estavam preparados para discutir o assunto. E um deles, um grande líder, de uma grande confederação sindical, me disse o seguinte: 'Presidente, o que nós queremos é que não haja inflação, porque atrás da inflação não há reajuste que agüente'".

REGIME

À noite, em Brasília, Sarney insistiu em que somente com o presidencialismo, "com o núcleo de poder e de gestão nítido e com a existência de um Congresso participativo, estaremos caminhando para completar o processo de transição". Assim, negou a informação de que estaria negociando um sistema presidencialista mitigado, contra o parlamentarismo.

Imissão de posse só com processo

A imissão de posse de terras desapropriadas para fins de reforma agrária só poderá ser feita depois de processo administrativo e judicial em rito sumaríssimo. Esta é a proposta de emenda a ser apresentada ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, pelo Grupo Moderado sob liderança do deputado Roberto Cardoso Alves. A proposta estabelece também que não poderão ser desapropriadas a propriedade rural familiar e a propriedade rural explorada em produção, conforme um dos esboços debatidos ontem por parlamentares do grupo.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, e da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles, mantiveram ontem reuniões no Congresso com os deputados José Lourenço (PFL-BA), Konder Reis (PDS-SC), e Sandra Cavalcanti (PFL-RS) estudando as alternativas a serem apresentadas ao substitutivo.

ESTADO DE SÃO PAULO